



São Paulo, 27 de março de 2024

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Conselho de administração (ou a Diretoria) da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**, é representada pelo Diretor responsável Marcelo Simões Pato nos fundamentos da Resolução 3864/19 vem apresentar suas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, constando:

- a) Balanço Patrimonial
- b) Demonstração de Resultado
- c) Demonstração de Resultado abrangente
- d) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
- e) Demonstrações do fluxo de caixa
- f) Notas Explicativas
- g) Relatório administração

Esclarece que todos os Relatórios serão disponibilizados até 05/04/2024 no sítio eletrônico da cooperativa:

[“https://www.gpativa.com.br/demonstracoes-financeiras/”](https://www.gpativa.com.br/demonstracoes-financeiras/)

Declaram que as informações relativas às Demonstrações e todos os demais documentos juntados ao presente são fidedignos e de responsabilidade dos gestores.

Glauco Correa
Presidente do Conselho de Administração

Marcelo Simões Pato
Diretor responsável pela área contábil

Valeria Machado da Costa Mesquita
Contadora CRC 1SP 193.225/O-3

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino,
Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo		155.845	129.008
Disponibilidades	4	605	276
Instrumentos financeiros		143.330	117.743
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	52.474	30.964
Operações de crédito	6	90.856	86.779
(-) Prov p/ perdas esperadas assoc. ao risco de crédito	7	(1.249)	(1.030)
Outros Ativos	8	12.547	11.273
Imobilizado de Uso	9	327	328
Intangível	9	1.492	1.491
(-) Depreciações e Amortizações	9	(1.206)	(1.073)
Total do Ativo		155.846	129.008
Passivo e Patrimonio Líquido		155.846	129.008
Demais instrumentos financeiros		21	21
Outros passivos financeiros	10	21	21
Provisões	11	9.749	9.749
Obrigações fiscais correntes e diferidas		97	81
Outros passivos	12	28.443	18.185
Patrimonio Líquido	13	117.535	100.972
Capital Social		76.361	68.923
Reserva de Sobras		18.148	13.594
Sobras Acumuladas		23.027	18.455
Total Passivo e Patrimonio Líquido		155.846	129.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em milhares de reais

Descrição das contas	2º SEMESTRE	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.871	30.765	25.106
Operações de Crédito	13.466	26.348	22.157
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.405	4.417	2.950
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(458)	(926)	(566)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(458)	(926)	(566)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.413	29.839	24.540
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.296)	(2.695)	(2.768)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	6	16	19
Dispêndios e Despesas de Pessoal	16 (694)	(1.356)	(1.252)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	15 (1.172)	(2.491)	(2.556)
Dispêndios e Despesas Tributárias	17 (10)	(15)	(15)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	575	1.154	1.058
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(1)	(2)	(3)
RESULTADO OPERACIONAL	14.117	27.144	21.791
Outras receitas e despesas não operacional			(1)
Sobras ou perdas antes da tributação e participações	14.117	27.144	21.790
Imposto de renda e contribuição social	(1)	(2)	(3)
Contribuição social sobre atos não cooperados	(1)	(3)	(3)
Participações nos resultados	(40)	(40)	(64)
Sobras líquidas do período	14.075	27.099	21.720
	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em milhares de reais

	31/12/2023		31/12/2022
	2o semestre	Exercício	Exercício
Sobras do período antes das destinações	14.077	27.099	21.720
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente	14.077	27.099	21.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em milhares de reais

	31/12/2023		31/12/2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Sobras ou perdas antes da tributação	14.117	27.146	21.790
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	458	219	566
Depreciações e Amortizações	66	133	123
Sobras ou perdas antes da tributação	14.641	27.498	22.479
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	218	(4.077)	(9.904)
Outros Ativos	(311)	(1.274)	(515)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Outros passivos financeiros	(14)	-	(7)
Provisões	-	-	2.167
Obrigações fiscais correntes e diferidas	13	16	(7)
Outros passivos	(3.315)	10.218	7.328
Destinação de sobras exercício anterior ao FATES	-	(16.610)	(13.415)
FATES - Atos cooperativos	(1.356)	(1.356)	(1.085)
FATES - Atos não cooperativos	(8)	(8)	(9)
Imposto de renda	(1)	(2)	(3)
Contribuição social	(1)	(3)	(3)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	9.866	14.402	7.026
Atividades de investimentos			
Aquisição de intangível	-	-	(77)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	-	-	(77)
Atividades de financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	10188	20.136	17.838
Devolução de Capital à Cooperados	(5.843)	(12.698)	(23.185)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	4.345	7.438	(5.347)
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa	14.211	21.839	1.602
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	38867	31.240	29.638
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	53079	53.079	31.240
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(14.212)	(21.839)	(1.602)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí (Cooperativa), foi constituída em 14 de outubro de 1974, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 2 de abril de 1975, através do registro sob nº 46.277.273/0001-89.

A Cooperativa está sediada na Alameda Lorena, nº 58, em São Paulo e tem sua área de ação limitada às dependências das sociedades que compõem ou venham a compor o Grupo Casino, o Grupo Pão de Açúcar e o Grupo Assaí, em todo território nacional.

Tem por objetivo social a educação cooperativista e assistência financeira dos seus associados, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 5.051/2022, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de março de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – Bacen, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Bacen e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00(R2), 01(R1), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33(R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022 e 2023: Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa: Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

A Cooperativa informa aos cooperados que foi elaborado e aprovado Plano de ação para atender aos requisitos predefinidos na Resolução nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros das instituições financeiras brasileiras. Ela entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2025, e revogará 19 normas vigentes sobre instrumentos financeiros, entre elas a Resolução CMN Nº 2.682/1999 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa. A cooperativa seguirá os pilares da Resolução a fim de possibilitar uma implementação eficiente, buscando pontos de assimetria com as suas características econômicas-financeiras, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até a data em vigor da resolução.

O plano de implementação da resolução CMN Nº 4.966/2021, estabelecido pelo artigo 76 da norma, é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, jurídico, consultoria especialista em Cooperativas, gerência e prestador de serviços de TI da cooperativa com acompanhamento do Diretor de Controladoria e Riscos e anuência do Conselho de Administração.

Dentre as principais ações, destacamos:

1. Identificar a situação atual verificando possíveis alterações na forma de classificação de risco das operações;
2. Estabelecer os riscos e soluções de adequação que serão implementadas;
3. Adequações de políticas, processos sistêmicos e controles internos que possuem relação com o tema;
4. Treinamento das partes relacionadas; e
5. Monitoramento dos fechamentos contábeis subsequentes à implementação, com o objetivo de acompanhar os processos desenhados e avaliar se houve alterações que necessitem da atualização das premissas ou modelos da Cooperativa.

Não há outras normas a serem aplicadas em períodos futuros que a Cooperativa tenha avaliado impacto relevante em suas demonstrações financeiras

2.2 Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Cooperativa tomou providências relacionadas às formas de trabalho e vem tratando o assunto, coordenando as ações e promovendo orientações e posicionamentos para todos os funcionários. Considerando as informações e os dados até o momento, não há a visibilidade de impacto nas demonstrações financeiras ou alterações nas estimativas contábeis durante o exercício de 2022.

3 Políticas Contábeis Materiais

As políticas materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b. Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e. Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

f. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

g. Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

h. Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

i) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias 22 superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes

l) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

m) Impostos e contribuições

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

n) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

o) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

p) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	605	276
Aplicações interfinanceiras de liquidez	52.474	30.964
	53.079	31.240

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2023	2022
Letras Financeiras do Tesouro	52.474	30.964

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez da Cooperativa estavam compostas por títulos de Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de, aproximadamente, 96% do CDI.

Foi registrado no resultado do exercício de 2023, rendimentos em ingressos e receitas da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 4.417 (R\$ 2.949 em 2022).

6 Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2023			2022		
	Não		Total	Não		Total
	Circulante	circulante		Circulante	circulante	
Empréstimos	70.403	20.453	90.856	66.449	20.330	86.779

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendas no montante de R\$ 26.347 (R\$ 22.157 em 2022).

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de Provisão	risco	%	Vencidas	2023			2022		
				Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total	
A	0,5	-	88.783	88.783	-	85.093	85.093		
B	1,0	486	-	486	410	-	410		
C	3,0	391	-	391	365	-	365		
D	10,0	-	-	-	-	-	-		
E	30,0	494	-	494	227	-	227		
F	50,0	-	-	-	209	-	209		
G	70,0	205	-	205	193	-	193		
H	100,0	497	-	496	282	-	282		
		2.073	88.783	90.856	1.686	85.093	86.779		

c Composição do não ciculante por ano de vencimento

<u>Ano</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
2024	-	17.600
2025	11.631	2.730
2026	8.822	-
	<u>20.453</u>	<u>20.330</u>

d Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 1.335 (R\$ 1.170 em 2022). Em 2023, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 165 (R\$ 371 em 2022), registrados em outros ingressos operacionais (nota 15).

7 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

	<u>2023</u>		
<u>Descrição</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	<u>(1.077)</u>	<u>(172)</u>	<u>(1.249)</u>

	<u>2022</u>		
<u>Descrição</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	<u>(752)</u>	<u>(278)</u>	<u>(1.030)</u>

b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	<u>(1.030)</u>	<u>(1.079)</u>
Créditos baixados para prejuízo	707	615
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(926)	(662) Reversão de
provisão para operações de crédito (nota 12)	-	96 Saldo final
	<u>(1.249)</u>	<u>(1.030)</u>

8 Outros Ativos

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamentos e antecipações salariais	4	5
Adiantamento por conta de imobilizações	421	265
Títulos e créditos a receber (i)	12.122	11.003
	<u>12.547</u>	<u>11.273</u>

(i) Trata-se de recebimentos de empréstimos e integralizações mensais, que são descontados em folha de pagamento e repassados à Cooperativa no mês subsequente.

9 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação/ amortização	2023		2022	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Liquido	Liquido
Imobilizado de uso					
Instalações	10%	155	(89)	66	83
Móveis e equipamentos de uso	10% / 20%	172	(108)	64	83
		327	(197)	130	166
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	12,5% a 33%	912	(429)	483	580
Projeto expansão	33%	580	(580)	-	-
		1.492	(1.009)	483	580
		1.819	(1.206)	613	746

10 Outros passivos financeiros

Descrição	2023	2022
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	21	21

11 Provisões

Descrição	2023	2022
Provisão para outras contingências (i)	31	31
Provisão para contingências (ii)	9.718	9.718
	9.749	9.749

(i) A Cooperativa é ré em 1 (uma) demanda discutida na esfera judicial, sendo o processo de natureza cível, com valor total de R\$ 50, em 31 de dezembro de 2021, classificados pelo seu assessor jurídico como perda provável, sobre a qual a administração da Cooperativa optou, em constituir provisão no valor de R\$31.

Conforme seus assessores jurídicos, a Cooperativa não possui outros processos que indicam perda possível ou provável em 31 de dezembro de 2023.

(ii) No exercício de 2018, a Cooperativa constatou, através de trabalho específico e de terceiros especialistas, pagamentos indevidos e a maior de tributos federais de exercícios anteriores, sendo objetos de pedidos de compensação do Imposto de Operações Financeiras – IOF, no período. Desse modo, foi registrado o montante de R\$ 9.718 (R\$ 9.718 em 2022) referente a tributos já compensados.

12 Outros Passivos

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	27.821	17.684
Quotas de capital a pagar	<u>487</u>	<u>258</u>
	<u>28.308</u>	<u>17.942</u>
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	124	126
Valores a Devolver	10	
Credores diversos no País	<u>1</u>	<u>117</u>
	<u>125</u>	<u>243</u>
	28.443	18.185

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 13b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

13 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

É representado pelas integralizações de 75.994 e 76.457 cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes.

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 20.136 (R\$ 17.838 em 2022), por meio de integralizações de capital dos associados, e também ocorreram devoluções em 2023, no montante de R\$ 12.698 (R\$ 23.185 em 2022).

O capital social é de R\$ 76.361 e de R\$ 68.923 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

b. Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	27.099	21.720
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (i)	(2.709)	(2.171)
FATES - Atos Cooperativos (ii)	(1.355)	(1.085)
FATES - Atos Não Cooperativos (iii)	(8)	(9)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	23.027	18.455

- i. 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- ii. 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 12).
- iii. Transferência de resultado de ato não cooperativo das sobras para o FATES.

c. Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2023, foi aprovada as destinações das sobras acumuladas do exercício de 2022, para o FATES (R\$ 16.609), e para a reserva legal (R\$ 1.845).

15 Outros ingressos operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de Empréstimos	13.124	25.765	21.786
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 6d)	342	582	371
	13.466	26.347	22.157

16 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	31/12/2023		31/12/2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de pessoal - Proventos	(439)	(884)	(852)
Despesas de pessoal - Encargos sociais	(164)	(322)	(286)
Despesas de pessoal - Benefícios a empregados	(91)	(150)	(114)
	<u>(694)</u>	<u>(1.356)</u>	<u>(1.252)</u>

17 Outros Dispêndios administrativos

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	(488)	(968)	(974)
Despesas de Cost Sharing (i)	(348)	(696)	(696)
Serviços técnicos especializados	(193)	(375)	(446)
Despesas OCESP	-	(165)	(154)
Depreciações e amortizações	(66)	(133)	(123)
Aluguéis	(66)	(132)	(132)
Outras despesas administrativas	(11)	(22)	(31)
	<u>(1.172)</u>	<u>(2.491)</u>	<u>(2.556)</u>

(i) Refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa dos serviços prestados pelo Grupo Pão de Açúcar -GPA.

18 Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Outras rendas Operacionais	<u>575</u>	<u>1.154</u>	<u>1.058</u>

19 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2023.

20 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Diretoria

	2023	Total da Conta	% Total	2022	Total da Conta	% Total
Capital Social	7	76.361	0,01%	12	68.923	0,02%

Conselho de administração

	2023	Total da Conta	% Total	2022	Total da Conta	% Total
Empréstimos	-			32	86.779	0,04%
Capital	31	76.361	0,04%	52	68.923	0,08%

Conselho fiscal

	2023	Total da Conta	% Total	2022	Total da Conta	% Total
Empréstimos	-			26	86.779	0,03%
Capital Social	20	76.361	0,02%	28	68.923	0,04%

Gerência

	2023	Total da Conta	% Total	2022	Total da Conta	% Total
Capital Social	1	76.361	0,01%	5	68.923	0,01
Remuneração	280		-	289		-

21 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	2023	2022
Patrimônio de referência (PR)	117.054	99.402
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	97.444	78.621
Índice de Basileia	120,12%	126,43%

22 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão de risco da entidade é definida na política que atende aos requisitos predefinidos nas Resoluções nº 4.557/2017 e Resolução 4.606/2017 do BACEN e visa direcionar a estrutura integrada e simplificada de gerenciamento contínuo de riscos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta de maneira relevante.

a **Risco operacional**

A gestão de risco operacional é definida como gerenciamento da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o controle do risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Cooperativa. Em atendimento à Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa mantém processo de gerenciamento de risco operacional que inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método de apuração de não conformidades que geram perdas, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios.

Estas atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

b **Diretoria Executiva**

É responsável pelo cumprimento das políticas, normas e metodologias aplicáveis para o monitoramento e gerenciamento dos riscos, pela propositura de projetos e ações mitigadoras de riscos, bem como pela implementação de suas deliberações.

É responsável por avaliar as políticas, normas e metodologias de monitoramento dos riscos, aprovar as estratégias e as políticas para o adequado gerenciamento dos riscos e supervisionar a sua observância e implementação, em conformidade com os normativos aplicáveis.

Diretor Responsável

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos operacionais e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

c **Gestor de risco operacional**

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável por monitorar, controlar e acompanhar os indicadores de riscos instituídos pela Cooperativa, avaliar sistematicamente os processos e propor novos pontos de controle relacionados aos riscos, sempre que necessário.

d Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, define como risco de a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Estão incluídos nesta definição os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O processo de gerenciamento de risco de mercado inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método alinhado ao mercado, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios. As atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

e Diretoria Executiva

Responsável por aprovar a política de Gerenciamento Integrado e Contínuo de Riscos e avaliá-la no mínimo, uma vez ao ano, verificando e revisando a sua eficácia, e propondo melhorias ou adequações para atingir o objetivo proposto.

f Diretor responsável

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos de mercado e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

g Gestor de risco de mercado

O Coordenador Financeiro é responsável pela mensuração, monitoramento e controle do risco de mercado, bem como responsável pela consolidação e apresentação de relatórios, quando necessário.

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável pela remessa de informações ao BACEN de que trata a legislação vigente.

Admite-se que o gestor de risco de mercado seja o mesmo de risco operacional, desde que uma atividade não atrapalhe a outra e haja relação harmoniosa entre ambas, visto a estrutura de cooperativa.

Objetivando a contingência do Gestor de Risco, numa eventualidade assume sua função o Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT), que será treinado em tempo hábil e receberá informações do processo periodicamente.

h Risco de crédito

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a Cooperativa.

As formas de pagamento dos empréstimos são consignação em folha de pagamento, nos casos de quitação antecipada, são efetuados via depósito em conta corrente da Cooperativa. Foi contratado sistema de automação de cooperativas de crédito que gera análise dos riscos, considerando pontuação obtida nas variáveis da avaliação cadastral, conforme Tabela “Análise de Rating, e são efetuadas avaliações do risco da operação.

A classificação das operações nos níveis de risco da Cooperativa será revista mensalmente e classificado conforme disposto na Resolução nº 2.682/1999.

i Risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, trata da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações”.

Caberá à Diretoria Executiva rever as políticas de captação e de liberação de crédito para adequações condizentes com a realidade econômica e financeira da Cooperativa pelo período necessário ao equilíbrio financeiro.

j Risco socioambiental – PRSA

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental previsto na Resolução nº 4.327/2014 do BACEN, deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

k Risco de Capital

O conceito de risco de capital não compõe o conteúdo do Manual de Controles Internos da Cooperativa (classificada como Cooperativa Clássica), uma vez que é obrigatório somente para Cooperativas Plenas conforme previsto artigo 40 §2º e 3º da Resolução 4.557/2017, do BACEN.

23 Seguros Contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Glauco Correa
Presidente do Conselho de Administração
CPF 172.676.068-57

Valéria Machado da Costa Mesquita
Contadora CRC 1SP 193.225/O-3
CPF: 175.992.918-22

Marcelo Simões Pato
Diretor responsável pela área contábil
CPF: 258.510.538-52

*** fim ***

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Descrição dos aspectos relevantes sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do período, elaborado pela Administração da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO CASINO, GRUPO PAO DE AÇÚCAR E GRUPO ASSAÍ.

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2023 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí, na forma da legislação em vigor.

I – Contexto Operacional

A Cooperativa, constituída em 02/04/1975 e autorizada a funcionar pelo órgão do Banco Central do Brasil, tem segmento em aspecto social e a busca por atender aos anseios dos associados, com a disponibilização de empréstimos em condições mais favoráveis.

Nesta esfera de prioridade e importância, a instituição deu a atenção aos ajustes que eventualmente necessitarão ser realizados para fazer frente às exigências da Resolução CMN Nº 4.968/2021, que dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, direcionado a alcançar controles na sua gestão.

II – Responsabilidade

Cabe à Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí a responsabilidade pela elaboração deste documento, da apresentação e integridade das demonstrações contábeis da Cooperativa, bem como pela implementação e **manutenção de controles internos** adequados à complexidade de suas operações e assegurar que a entidade desenhe, implemente e mantenha controles internos que proporcionem segurança razoável em relação à confiabilidade dos relatórios contábeis, efetividade e eficiência das operações e conformidade, com estrita observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e dos normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

III – Resumo das Demonstrações Financeiras

São apresentadas, juntamente com as demonstrações financeiras, as Notas Explicativas contendo: (1) Contexto operacional; (2) Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis, contendo: (a) Apresentação das demonstrações financeiras; (2.1) Mudanças nas políticas contábeis e divulgação; (b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros; (2.2) Continuidade dos negócios; (3) Resumo das principais práticas contábeis; (a) Apuração do resultado; (b) Estimativas contábeis; (c) Caixa e equivalentes de caixa; (d) Aplicações interfinanceiras de liquidez; (e) Operações de crédito; (f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (g) Imobilizado de uso; (h) Intangível; (i) Redução ao valor recuperável de ativos; (j) Demais ativos e passivos; (k) Ativos e passivos contingentes; (l) Segregação do circulante e não circulante; (m) Imposto de renda e contribuição social; (n) Partes relacionadas; (o) Resultados recorrentes e não recorrentes; (p) Instrumentos financeiros; (q) Eventos subsequentes; (4) Caixa e equivalentes de caixa; (5) Aplicações interfinanceiras de liquidez; (6) Operações de crédito, contendo: (a) a composição da carteira de crédito por modalidade; (b) Composição por nível de risco e situação de vencimento; (c) Créditos baixados como prejuízo; (7) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contendo: (a) Composição por tipo de operação; (b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (8) Outros Ativos; (9) Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações; (10) Outros passivos financeiros; (11) Provisões; (12) Outros Passivos; (13) Patrimônio líquido, contendo: (a) Capital social; (b) Destinações estatutárias e legais; (c) Sobras acumuladas; (14) Outros ingressos operacionais; (15) Dispendios

administrativos; (16) Dispêndios de pessoal e honorários; (17) Seguros contratados; (18) Resultado não recorrente; (19) Partes relacionadas; (20) Índice de Basileia; (21) Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos, contendo: (a) Risco operacional; (b) Diretoria Executiva e Diretor Responsável; (c) Gestor de risco operacional; (d) Risco de mercado; (e) Diretoria Executiva; (f) Diretor responsável; (g) Gestor de risco de mercado; (h) Risco de crédito; (i) Risco de liquidez; (j) Risco socioambiental – PRSA; (k) Risco de Capital; (22) Seguros Contratados; e (23) Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

IV – Resumo do Plano de Ação referente à Resolução 4.966

A Cooperativa informa aos cooperados que foi elaborado e aprovado Plano de ação para atender aos requisitos predefinidos na Resolução nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros das instituições financeiras brasileiras. Ela entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2025, e revogará 19 normas vigentes sobre instrumentos financeiros, entre elas a Resolução CMN Nº 2.682/1999 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa. A cooperativa seguirá os pilares da Resolução a fim de possibilitar uma implementação eficiente, buscando pontos de assimetria com as suas características econômicas-financeiras, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até a data em vigor da resolução.

O plano de implementação da resolução CMN Nº 4.966/2021, estabelecido pelo artigo 76 da norma, é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, jurídico, consultoria especialista em Cooperativas, gerência e prestador de serviços de TI da cooperativa com acompanhamento do Diretor de Controladoria e Riscos e anuência do Conselho de Administração.

Dentre as principais ações, destacamos:

1. Identificar a situação atual verificando possíveis alterações na forma de classificação de risco das operações;
2. Estabelecer os riscos e soluções de adequação que serão implementadas;
3. Adequações de políticas, processos sistêmicos e controles internos que possuem relação com o tema;
4. Treinamento das partes relacionadas; e
5. Monitoramento dos fechamentos contábeis subsequentes à implementação, com o objetivo de acompanhar os processos desenhados e avaliar se houve alterações que necessitem da atualização das premissas ou modelos da Cooperativa.

O desenvolvimento do plano de implementação está em andamento e é reportado periodicamente à Diretoria e ao Conselho de Administração, ou sempre que solicitado, para acompanhamento do projeto e, se necessário, redirecionamento do mesmo.

V – Outros fatos relevantes

A Cooperativa possui Manual de Controles Internos que contempla, adicionalmente as premissas, modus operandi e critérios de processos internos, diretrizes que norteiam a Política de Crédito, Governança, ética e conduta, canais de denúncia e ouvidoria, e outros temas que abrangem e garantem a conformidade da Instituição com as normas vigentes.

Em destaque ao exercício de 2023, retomamos a apresentação sobre o fato relevante publicado em 2020 sobre transação envolvendo a cisão dos Grupos Pão de Açúcar e Assaí. Reforçamos a sensibilização do Conselho de Administração da Cooperativa, que está estudando possíveis cenários e riscos, e o tema está sendo tratado e formalizado nas atas das devidas reuniões.

VI – Controles Internos

a) **Políticas e procedimentos a respeito da segregação de atividades, de modo a evitar conflitos de interesse e acúmulo de funções incompatíveis**

A Cooperativa tem a atividade tendo os procedimentos adotados pela Cooperativa para a manutenção de adequado ambiente de controle no que diz respeito à segregação de funções, conflitos de interesses e acúmulo de funções. O manual ou regimento interno da Cooperativa tem tudo a respeito.

b) **Políticas de Autorizações específicas e gerais**

O manual de controles internos da Cooperativa descreve em detalhes todos os procedimentos a respeito.

c) **Normas para elaboração dos relatórios contábeis e administrativos**

Os relatórios e arquivos gerados pela Cooperativa são todos que atendem as leis do Banco Central do Brasil, bem como relatórios contábeis, como Balancetes Mensais, DLP, Resumo dos Empréstimos e cotas Mensais, Relatórios de Empréstimos liberados, etc.

d) **Processos de revisão e conciliação contábil, bem como procedimentos de inspeção física periódica em ativos da instituição**

A Cooperativa elabora periodicamente as devidas conciliações das contas contábeis, analisa e registra as divergências encontradas.

e) **Procedimentos de controle relativos ao gerenciamento de riscos, incluindo identificação e quantificação, reconciliação de posições, estabelecimento e controle de limites de exposição e elaboração de relatórios de posições detidas pela instituição**

Os procedimentos adotados estão nos manuais da Cooperativa.

f) **Planos de Contingência ou de continuidade**

Esse item está descrito e detalhado no manual de controles internos da Cooperativa, com informações de possíveis desastres ou problemas e os responsáveis e forma de atuação para voltar à normalidade. Sendo assim, a Cooperativa está preparada para acionar o plano de contingência e voltar a funcionar ou reativar suas atividades, rotina, e atendimento, em poucas horas.

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência, confiança e participação na Cooperativa, bem como nos colaboradores dedicados em operacionalizar o grande volume de operações.

Atenciosamente,

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino,

Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí